EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR- UMA COMPREENSÃO INICIAL PARA A GESTÃO DAS IES

Gil camelo Neto[1]

Nossa atualidade exige cada vez mais das pessoas que pretendem ingressar numa carreira acadêmica. Faz-se necessário a conciliação de diversas áreas da vida, diante de um contexto que demanda mais tempo a cada dia, pois as atribuições e a dinâmica nas grandes metrópoles inviabilizam melhores resultados em termos de administração de tempo.

Neste capítulo serão abordados alguns contextos desse cenário que acabam se relacionando com a evasão discente, entre eles, a visão instrucionista da Educação, a avaliação e a prática docente, além dos fatores biopsicossociais que envolvem diretamente os alunos, principalmente os alunos de turno noturno.

Nesse contexto, Carvalho e Viana (2010) esclarecem que houve uma modificação notória no ritmo e nos objetivos do corpo discente do Ensino Superior. Esta modificação seria impulsionada por uma sociedade que exige cada vez mais cedo, posturas e efetivações profissionais (CARVALHO, 2012).

Explicando este cenário, as autoras supracitadas abordam que para suprir a demandada própria subsistência, os discentes se exaurem em rotinas de trabalho em contraturnoescolar, ocasionando extrema fadiga e falta de motivação aos estudos. Ainda nesse sentido, afirmam que esta realidade está mais presente no contexto dos discentes de cursos noturnos. (CARVALHO; VIANA, 2010; CARVALHO, 2012).

Demo (2008), a respeito do mandato que a Educação exerce, chama a atenção para queo ensino universitário esteja a serviço de uma formação política do educando. Desta feita, que sejam combinadas uma qualidade formal e política no ensino universitário.

As críticas do autor permeiam a oferta de diversos cursos de graduação e pós-graduação em curtos prazos de formação, a fim de suprir uma demanda social crescente por profissionais especializados, principalmente em instituições particulares (CARVALHO, 2012;DEMO, 2008).

Demo (2008) esclarece dizendo que na ânsia de suprir essas demandas, as instituições se utilizam de estratégias de encurtamento da carga-horária. Isto gerando consequências nas salas de aula, pois enfatizam o instrucionismo que acaba desmotivando o aluno, pois este não produz conhecimento.

Nas suas colocações, Demo (2008) enfatiza o perigo dessa oferta de cursos

[1] Graduado em Filosofia (UECE). Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. (UFC)

com carga-horária diminuída, pois compromete a qualidade do ensino e a produção de conhecimentos, não compatíveis com o nível de ensino. O autor utiliza-se de termo como “sucata do conhecimento” para esclarecer esse processo acima e incentiva um “conhecimento de ponta” como busca e referencial para o ensino superior. “Para esse propósito, enfatiza que a universidade deve deixar de lado a trilogia “ensino-pesquisa-extensão” e trabalhar todos os níveis como pesquisa, como a única forma de garantir a produção de conhecimento e a formação de indivíduos politizados.” (CARVALHO, 2012, p.42-43).

A politicidade própria do conhecimento idealizado e adquirido seria, no enfoque da pesquisa, base para formação dos discentes, principalmente como agente motivador, diminuindo a evasão. “Conhecer não é confirmar, afirmar, verificar, constatar, mas questionar” (DEMO, 2008, p. 25).

Ainda nesse contexto, Carvalho (2012) enfatiza que a avaliação também deveria, estara serviço da politicidade do conhecimento, no campo da pesquisa – seja na graduação ou napós-graduação – contribuindo nesse processo de formação acadêmica, pois a avaliação ajudana formação de um indivíduo que pensa sobre os conteúdos que aprende e os relaciona àrealidade social de uma forma crítica e construtiva (DEMO, 2008; DIAS SOBRINHO, 2003).

A relação instrucionista, constante no cenário do Ensino Superior, principalmente nos turnos noturnos, “[...] reprime dinâmicas reconstrutivas políticas, privilegiando a linearização da relação pedagógica, tipicamente autoritária: de fora para dentro, de cima para baixo” (DEMO, 2008, p. 65), causando desmotivação para docentes e discentes. Para isso, o autor exorta que os professores reavaliem seus papéis para uma metodologia e avaliação mais dinâmicas e cada vez menos mecânicas (CARVALHO, 2012; DIAS SOBRINHO, 2003).

> Ressalta-se, por conseguinte, que a principal motivação da ação pedagógica deve ser o desenvolvimento integral do aprendente, visando a uma aprendizagem mais rica, não apenas à ascensão de suas notas. Para isso, a avaliação realizada pelo docente não deve se resumir à simples realização de provas e atribuição de notas, mas deve, sobretudo, consistir na apreciação qualitativa dos dados obtidos (CARVALHO, 2012, p.43).

Esta postura docente ainda encontra resistência e acaba por afetar o rendimento individual dos alunos e coletivo, por ocasião das avaliações em larga escala aplicadas para avaliar os cursos e instituições superiores. Este afetamento acaba por causar desmotivação ao aluno, pois este deseja ingressar e fazer parte de uma IES reconhecida e bem avaliada pelo MEC (CARVALHO, 2012).

> Ainda se apresenta, na realidade brasileira, uma forte resistência dos professores universitários em repensar a sua prática docente. Constata-se a existência e continuidade de práticas avaliativas classificatórias e autoritárias que apenas alimentam os índices

> elevados de evasão e retenção no Ensino Superior. As explicações sobre essa postura podem estar ligadas ao fato da existência de docentes com formação pedagógica ainda precária, advinda de seus cursos de origem, não apresentando preparação nas teorias didáticas e pedagógicas, bem como curriculares, que deveriam embasar o fazer docente, principalmente o processo de construção do ato avaliativo. Ressalta-se, ainda, que, diante desse despreparo, os educadores executam o processo avaliativo de forma burocrática e agem de maneira reprodutora, transmitindo os antigos modelos educacionais autoritários da época de sua própria escolaridade (CARVALHO, 2012, p.43-44).

Não se pode generalizar que os docentes sejam despreparados e colocar a culpa na má formação docente, muitos são bem formados, mas no quesito da avaliação do ensino- aprendizagem permanecem numa visão tradicionalizada, desmotivando os estudantes. Carvalho (2012) esclarece que a causa provável ou fator agravante disto é o acúmulo de funções e cargos que muitos desenvolvem dentro da universidade.

O professor tem de suprir exigências nas graduações e pós-graduações como ministrar aulas, ter um produção acadêmica regular, participar de eventos, entre outras obrigações, alémde funções de gestão, quando empossados em tais cargos, isto, sem dúvida, sobrecarrega-o não tendo oportunidade de pensar num processo avaliativo diferenciado para cada turma e disciplina que ministre, causando desta forma a repetição de instrumentos e formas de avaliação e metodologia empregadas no ensino, tornando-se enfadonho e previsível CARVALHO, 2012; DEMO, 2008).

Notórias são as particularidades tanto de docentes, quanto de discentes. A respeito destas, Coll, Marchesi e Palacios (2008, p. 110), afirmam que:

> [...] embora seja certo que os ambientes organizados culturalmente, como, por exemplo, as salas de aula, têm uma identidade própria, também os alunose os professores que as integram têm sua própria identidade, que se mantém quando transitam de um ambiente a outro – de uma sala para outra, da escolapara a família, da família nuclear para a família ampla, do grupo de amigos da escola ao grupo de amigos do bairro, etc. – garantindo sua continuidade como indivíduos. A mente individual do aluno, ou seja, o conjunto de representações mentais que constrói a partir de suas experiências, proporciona a continuidade requerida pela preservação da identidade pessoal.

Desta afirmação, pode-se inferir que as IES, tanto privadas quanto públicas, têm um universo de identidades próprias que as compõem e nessa composição não há como não considerar os fatores biopsicossociais que envolvem cada público específico para minimização da evasão discente (CARVALHO, 2012).

Esses fatores são intensificados nos turnos noturnos, pois estes são integrados, geralmente, por discentes que têm outras atividades em seus contraturnos acadêmicos e são mais afetados pelo fenômeno de evasão, tornando-se, portanto, alvo deste estudo de fatores associados buscando uma melhor qualidade de ensino.

Visando essa qualidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº.

9394 de 20 de dezembro de 1996), destaca, em seu artigo 4º, inciso VI, a garantia de “ofertade ensino noturno regular, adequado às condições do educando” e, em seu inciso IX, promulga a garantia de “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 2010, p. 12-13).

Ainda, em seu artigo 47, § 4º, esclarece que:

> “[...] as instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.” (BRASIL, 2010, p. 41).

A LDB nº. 9.394/96 também prevê uma avaliação da aprendizagem formativa, independente do nível de ensino, de forma que haja um acompanhamento dos rendimentos e do conhecimento dos alunos, realizados de modo constante e eficaz (BRASIL, 2010).

Vê-se que há uma dificuldade na execução desta norma, pois, houve um aumento no número de vagas nas universidades públicas e privadas ao longo dos anos, principalmente de 2008 até hoje. A respeito disso, o Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2014) divulga em seu site:

> A expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que buscam ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação.
>
> Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Esse cenário público crescente incentiva o aumento das universidades privadas e a criação de novas faculdades menores (ZABALZA, 2007).

> Em vista desse cenário, a necessidade de melhorias é constante, tanto em cursos noturnos como diurnos, porém é seguro afirmar que as universidades estão se esforçando em propiciar um cenário mais motivador para os educandos. Considerando que a sociedade brasileira está tentando fazer o seu papel, oferecendo vagas para o mercado de trabalho e fazendo a sua parte no sentido de renovarem quantitativa e qualitativamente o Ensino Superior, resta-nos observar como se encontra o nosso discente nesse contexto (CARVALHO, 2012, p.47).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº. 9394, de 20 de dezembro de1996. Brasília, DF: Edições Câmara, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **ENADE**: apresentação. Brasília; MEC, [s.n.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=313&id=181&option=com_content&view=a rticl e>. Acesso em: 07 jul. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior de2012**, Resumo Técnico- Brasília: Inep/MEC, 2012.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das UniversidadesFederais (Reuni)**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Ite mid= 1085>. Acesso em: 05 jul. 2014.

CARVALHO, W.R.L. **Da alvorada ao ocaso**: estudo de caso sobre a avaliação da aprendizagem em cursos de pedagogia diurno e noturno em uma instituição de Ensino Superior da rede pública. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) –Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2012.

CARVALHO, W. R. L; VIANA, T. V. Avaliação da aprendizagem em cursos noturnos de licenciatura: em busca do ensino de qualidade para todos. In: VIANA, T. V.; CIASCA, M. I.
F. L.; SOBRAL, A. E. B. (Orgs.). **Múltiplas dimensões em avaliação educacional**.Fortaleza: Imprece, 2010. p. 255-267.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da Educação Superior.São Paulo: Cortez, 2003.

DOURADO, L.F. A interiorização do ensino superior e a privatização do público. Goiânia:UFG, 2001.

DOURADO, L.F. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: AGUIAR, M.A.; FERREIRA, N.S.C. (Orgs.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001a.

HAIR JR.J.F; ANDERSON, R.E; TATHAM, R.L; BLACK, W.C. **Análise Multivariada de Dados**. Trad. Adonai Schlup Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. 5.ed. Porto Alegre:Bookman, 2005.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.de.; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar**: políticas, estruturae organização. Coleção Docência em Formação. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009 [2003].

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre:Artmed, 2007 [2002].